

Argentina está em moratória do serviço da dívida desde abril

Maurício Cardoso

Correspondente

BUENOS AIRES — A Argentina está em moratória com o pagamento do serviço de sua dívida com os bancos internacionais desde abril. Embora não a tenha declarado formalmente, há nove meses que o país está pagando apenas linhas de crédito de curto prazo. Esta revelação faz parte de um informe sobre a dívida externa argentina a ser divulgado pelo Banco Central nos próximos dias e cujos pontos mais importantes foram antecipados por um alto funcionário da entidade. O informe dirá que, apesar da fatura pendente desde abril com os bancos privados estrangeiros no valor de 1,6 bilhão de dólares, a dívida argentina diminuiu este ano. Segundo o Banco Central a dívida total deste país, que somava 58,5 bilhões de dólares, baixou para 56,3 bilhões em dezembro de 88.

“Desde abril pagamos apenas algumas linhas de crédito do setor privado,” assinalou uma alta fonte do Banco Central. Nos primeiros quatro meses do ano a Argentina transferiu 1,2 bilhão de dólares para os bancos credores, mas a partir de abril só pagou 240 milhões. As autoridades argentinas têm tratado o assunto com discrição para não expor os credores. “Nosso desejo é colocar todas as contas em dia”, diz. Os bancos credores também evitam exercer uma pressão mais contundente sobre a Argentina, para não

terem de lançar estes empréstimos na coluna dos lucros cessantes em seus balanços. De qualquer forma, os negociadores argentinos já se enfrentam com as exigências dos credores para que lancem mão de suas reforçadas reservas — que ascenderiam neste momento a 3 bilhões de dólares — para atualizar seus débitos.

Com o Fundo Monetário Internacional e outros organismos oficiais, as contas da Argentina estão absolutamente em dia. Ao FMI, credor de 3,8 bilhões de dólares, foram pagos neste ano 720 milhões. Na semana passada, viajou a Washington o diretor do Banco Central, Daniel Marx, nomeado novo encarregado das negociações com o FMI e com os bancos a partir de janeiro. A primeira missão de Marx será convencer os bancos a desembolsarem 3,5 bilhões de dólares em dinheiro novo para a Argentina. Os bancos estariam dispostos a um socorro de apenas 2,2 bilhões. A Argentina está pedindo também 1,250 bilhão ao FMI. Ainda neste mês se espera que o Banco Mundial comece a aportar os primeiros 350 milhões de um empréstimo de 1,2 bilhão de dólares, destinado à reforma do setor financeiro e de investimentos para dinamizar o comércio exterior.

Segundo dados do Banco Central, a dívida argentina ascende hoje a 56,3 bilhões de dólares. Em 1987 o débito era de 58,5 bilhões. A redução corre em parte por conta da valorização do dólar frente a moedas fortes européias (800

milhões de dólares) e em outra parte pelo programa de capitalização da dívida (1,4 bilhão). Há pelo menos cinco anos que a Argentina tem pago apenas metade dos seus compromissos com o serviço e juros da dívida — total de 5,3 bilhões de dólares em 1988 — refinanciando a outra metade sistematicamente. Assim, o montante devido, que em 1983 era de 45 milhões, se transformou nos 56,3 atuais.

Em 1987, o governo argentino e os bancos credores assinaram um acordo de refinanciamento do principal da dívida, qualificado na época pelo presidente Alfonsín como “uma moratória até 1992. Pelo acordo, foram refinanciados 34 bilhões de dólares para serem pagos em 19 anos, com um prazo de carência de 7 anos e “spread” de 0,8% sobre a taxa Libor (antes era de 1,6%). Ainda assim, a dívida, cujos encargos representaram nos últimos anos 67% de suas exportações, continua um peso insuportável para a economia argentina. O governo continua negociando normalmente com os bancos e organismos de crédito internacionais, mas na verdade está à espera de que a posse de George Bush na presidência dos Estados Unidos abra novos horizontes para o tratamento da dívida. Do jeito como as coisas estão, até o candidato peronista à presidência, Carlos Menem, já desistiu de declarar a moratória: “Não faz falta, pois ninguém está pagando nada mesmo”, disse ele em entrevista à agência Reuters há uma semana.